

Cultura Africana e o ambiente escolar

Dilermando Moraes Costa – *UNIGRANRIO*

José Geraldo da Rocha - *UNIGRANRIO*

Resumo: A história da humanidade se confunde com a própria história do continente africano, uma vez que foi lá onde tudo começou. Ao longo de milhares de anos, o homem se modificou e alcançou novos territórios e diversificou a própria trajetória. Contudo, os novos lugares alcançados ao longo dos séculos fizeram com que muitos se voltassem contra o passado, o qual desconheciam, e se arremetiam contra os irmãos africanos. O período de comercialização do negro e escravidão do negro não pode ser esquecido ou apagado facilmente, pois até a atualidade mantém fortes reflexos no presente, inclusive influenciando o ambiente escolar, que é responsável pela formação do cidadão e deve contribuir com valores identitários.

Palavras-chave: negro; cultura afro; ambiente escolar.

Introdução

É muito provável que os negros capturados em diferentes áreas do continente africano nunca tivessem imaginado que seriam obrigados a abandonar seu idioma, o nome, a terra natal, enfim, toda a identidade, para recomeçarem, no exílio, uma fase da existência muito aquém da ideia de vida, experimentando condições subumanas de violação da liberdade. Reis e rainhas eram forçados a viverem como escravos em outras terras sem poder, ao menos, manifestar a peixão pela cultura vivenciada há anos. É muito provável que, após sentirem na pele a dor dos açoites, a solidão da perda do seu clã, condições de servidão lamentáveis, jamais imaginassem que um dia mudanças aconteceriam e seriam vistos como humanos outra vez resgatando, ainda que longe da amada África, o direito de reproduzir a cultura e valores transmitidos pelos seus ancestrais.

Muitos têm sido os entraves e lutas dos negros desde a captura até os dias atuais. Batalhas que começaram regadas a sangue, morte, rebelião, pressões políticas do

capitalismo europeu apresentam hoje, século XXI, um caráter sócio-antropológico de resgate e compensação dos males causados aos povos africanos.

Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a lei 10.639 (09/01/2003) que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro brasileira, principalmente através das disciplinas de história, literatura e educação artística, além de determinar o dia 20 de novembro como parte integrante do calendário escolar como o *Dia Nacional da Consciência Negra*. Ainda em 2003, com o Decreto 4.886 (20/11/2003), surge a *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial-PNPIR*, objetivando dar aos negros condições de ascensão social, que antes era restrito aos de origem branca. O crescente interesse na promoção dos direitos dos negros ou que, ao menos, tenham as mesmas condições de busca por ascensão social, alcançou os espaços da escola e, hoje, com a homologação das leis supracitadas, há uma maior produção de materiais que abordem o tema e promovam a igualdade de direitos. Além disso, principalmente, há todo um desejo de fazer florescer a questão da identidade e resgate de uma riquíssima cultura que foi preterida por séculos em detrimento dos padrões branco-cristão-europeus.

Quando se fala em Ensino da Cultura Afro-brasileira, muitos podem apenas imaginar a questão da religiosidade e cultos de Candomblé e / ou Umbanda, contudo, há dança, arquitetura, provérbios, lendas e uma vasta gama de literaturas capazes de fomentar discussões sobre cultura, sociedade e identidade em diversos segmentos da sociedade. O presente artigo objetiva, através de análises bibliográficas, discutir a aceitação e implementação de estudo da cultura afro - brasileira no ambiente escolar, uma vez que há uma necessidade imperativa de abarcar no planejamento educacional estratégias que possibilitem 1) o trabalho com essa herança cultural tão presente no cotidiano de todos, ainda que sufocada, reprimida ou desmerecida, 2) o senso de identidade que ela possui como formação de quem somos, ou seja, brasileiros. Questões essas que discutiremos ao longo do artigo articulando com assuntos históricos e antropológicos que estão intimamente ligados à África e a história do povo africano ao longo dos anos.

Nas considerações finais, relembremos o quão marcante e significativa é a cultura afro no tocante à identidade negra e como a mesma é desmerecida. Também expressaremos como a educação que precisa dar lugar à cultura afro no nosso dia a dia,

uma vez que esta é intimamente responsável pela formação da identidade do povo brasileiro funcionando, na verdade, como um dos pilares de sustentação responsável pela grande parte da diversidade do nosso país.

1 . Panorama do continente africano e do negro no Brasil

“A história dos descendentes dos africanos não é somente deles. É a de todo mundo.”
Paul Lovejoy.

O continente africano não é apenas o terceiro em tamanho, mas também aquele com a posição mais centralizada, ou seja, possui o centro espacial imaginário da terra demarcando o encontro do Meridiano de Greenwich com o Equador em pleno Golfo do Guiné (SERRANO; WALDMAN, 2008, P. 40). Com uma extensão de terra totalizando 30.249.096 km², o continente africano pode ser considerado o berço da humanidade, porquanto contribui para com o mundo na formação humana, intelectual, religiosa e identitária:

E esta diversidade nas paisagens e nas muitas línguas é acompanhada pela diversidade em opções religiosas, costumes e modos de vida. Isto acontece não apenas entre os países, mas dentro dos mesmos – na Nigéria, por exemplo, se falam cerca de 200 línguas. (LIMA, 2004, p. 80).

Um evento importante para entender a evolução do que hoje é a espécie humana aconteceu no continente africano com o encontro de um esqueleto australopiteco praticamente completo, que acabou sendo batizado de Lucy, confirmando presença de ascendentes dos humanos na África há mais de 3 milhões de ano. De fato, o continente africano é o único que apresenta em seu território evidência da presença de todas as formas gregárias de vida em todos os seus estágios de desenvolvimento biológico (homínídeos e homo habilis) e também intelectual em termos de conhecimentos, produtos, criações e ideias que circularam pelo mundo todo segundo expõem LOPES (2008) e LIMA (2004). É também na África onde achamos inúmeras e diversas evidências arqueológicas e culturais de civilizações antigas, bem como todo o legado

cultural vivido pelo Egito há milhares de anos. Os estudos da arte rupestre africanas revelam o cotidiano de homem e mulheres há milhares de anos.

Dentre as muitas contribuições para com a humanidade, podemos mencionar o aspecto religioso que, até a atualidade, causa problemas e debates acalorados ocasionando aos adeptos destes tipos de fé, muitas vezes, dolorosos estigmas de rejeição por outras orientações religiosas. Existem nas antiquíssimas lendas africanas explicações para a formação do mundo que possuem semelhanças com a descrição presente na fé Cristã propagada pelos brancos. Nestas lendas, encontramos um ser divino, o deus Olorun, trazendo à existência todas as coisas sendo ele mesmo a matriz das criações, conforme Saraceni expõe:

Conta uma lenda que Olorun, o nosso divino criador vivia em si mesmo e tudo o que gerava , gerava em si e para si, e tudo vivia em Olorun e nada existia fora dele. Como Olorun não parava de gerar um só instante, Ele era geração o tempo todo. Como tudo estava nele, nada era indissociado dele, e sua divindade estava em tudo e em todos. (2008, p. 39).

No imaginário judaico-cristão, encontramos similarmente uma figura onipotente que opta por conceber um mundo a partir de sua criatividade inventiva para, deliberadamente, entregar aos humanos, também criados a imagem e semelhança do divino "No princípio criou Deus os céus e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas" (Gênesis 1:1-2). O continente africano possui um valor significativo geográfico, científico, cultural e artístico que excede e muito o aspecto religioso, embora o senso comum procure restringi-lo ao aspecto da fé. Infelizmente, há mais de quatro séculos tudo o que é de matriz africana tem sido repudiado e desmerecido principalmente nas esferas sociais, religiosas, humanas e, estranhamente, até mesmo nas educacionais onde a tolerância, assim como a diversidade deveria ser promovida como formas de crescimento.

Na contemporaneidade, os descendentes dos povos africanos ainda sofrem preconceitos e privações resultantes do período escravocrata que cerca de mais de quatro milhões de escravizados vivenciaram para a construção do Brasil em todos os aspectos: desde o trabalho braçal nas lavouras às lutas em questões políticas de interesse de uma minoria. O período escravocrata jamais poderá ser justificado considerando os

ideias de direito e dignidade humanas e, até os dias atuais, os afrodescendentes têm, muitas vezes, seus direitos à liberdade de expressão e à ascensão social violados, cerceados e aviltados. Apesar de muito se comentar e se escrever sobre cultura assim como buscar muitas maneiras de conceituá-la, boa parte da herança africana ainda sofre preconceito e há, mesmo que velado, um objetivo de “embranquecer” aquilo que vêm dessa rica cultura ou de repudiá-la por a considerar inferior, diabólica ou primitiva.

África e Continente Africano são, na verdade, termos que podem indicar tanto unidade quanto uma vasta gama de diferentes costumes, ou seja, diversidade. De um lado encontramos toda a glória e saberes produzidos há mais de 5.000 anos no Egito que, muitas das vezes, tenta omitir o inegável fato de ter a sua localização no continente africano. Por outro lado, encontramos o Chade que há séculos sofre com alta população vivendo abaixo da linha da pobreza.

Felizmente, não podemos assumir o continente como detentor de uma só cultura, fé, identidade, mas sim uma vasta gama de criações, manifestações artísticas, provérbios, danças, línguas que não apenas foram, mas ainda são de extrema valia para a formação do nosso povo, uma vez que possuímos os pilares europeus, indígenas e africanos desde o início da que é reconhecida como cultura brasileira, conforme defende Gonçalves:

O encontro em terras estrangeiras fez surgir uma cultura que é uma, por guardar fortes vínculos com a África, e múltipla, por absorver as contribuições culturais de várias Áfricas e de povos oriundos de outras partes do mundo. Trata-se de um conjunto de culturas produzidas pelos negros que florescem nas diásporas e por causa delas. (2009, p. 96).

Não há, portanto, como negarmos as nossas raízes ou tampouco aviltar aqueles que também nos geraram com sangue, suor e manifestações culturais que, no princípio, causavam ojeriza aos brancos, entretanto foram sorratamente penetrando a sociedade. Cabe-nos também confessar que, por séculos, os negros foram capturados em suas próprias terras, violados no tocante à identidade e privados da liberdade para que, através do transporte subumano dos navios negreiros, viverem uma vida de servidão no exílio sem poder, ao menos, continuar livremente com seus ritos e celebrações almejando manterem os vínculos com os antepassados e aliviarem a dor da escravidão.

No que nos narra a História, é impossível falar de cultura africana sem falar em escravidão. Já há relatos de uso da mão de obra negra desde os séculos XV e XVI, ou

seja, ainda antes do dito “descobrimento do Brasil”, assim como a presença do negro na lavoura grega, na servidão nos portos europeus e na corte de Lisboa (SERRANO; WALDMAN, 2008). Ainda no século XV, devido à forte expansão marítima e eventos como a chegada à América e o Descobrimento do Brasil, a África começa a experimentar um período de gradativo empobrecimento com a dispersão do melhor de sua mão de obra (LOPES, 2008, p. 29). Apesar de muitas vezes tentarem resistir aos ataques europeus, o povo africano foi derrotado por não se equiparar aos armamentos de guerra usados para sobrepujá-los e arrastá-los às Américas, principalmente ao Brasil, para plantar comida e produtos agrícolas de exportação (como a cana de açúcar, o tabaco, o algodão, o cacau, o café) segundo expõe LIMA (2004). Por mais desalentador que seja a ideia de escravizar alguém, também o é saber que, muitas das vezes, a negociação dos escravizados era feita pelos próprios africanos que perdiam o senso de unidade.

A ideia de identidade relacionava-se profundamente com a comunidade na qual o indivíduo estava inserido e, devido a guerras internas, uma tribo conseguia dominar a outra e, por vezes, negociar a troca / venda de pessoas. O império português foi um grande articulador na rede de tráfico negreiro e exploração de mão de obra escrava. No Brasil, os negros tentaram resistir à escravidão se refugiando nos quilombos e também em revoltas, entretanto, houve muito derramamento de sangue e pouco resultado positivo.

Após a guerra do Paraguai, houve um crescimento de 64% da população branca, pois os negros que combateram sob a promessa de serem feitos homens livres foram dizimados durante a batalha. Somente em 1888, a partir de pressões externas e necessidade de se obter consumidores para a alta produção industrial, a assinatura da Lei Áurea trouxe, teoricamente, o fim da servidão por meio da abolição da escravatura causando perda de trabalhadores nas lavouras e à economia agrária:

A abolição devastara e arruinara a grande propriedade, onde senhores e fazendeiros tinham montado, com o trabalho servil, as suas vastas culturas: o abandono de velhas propriedades agrícolas, a transmissão, por compra, à burguesia urbana ou ao patrimônio público, de palácio e vivendas aristocráticas no sul e a decadência dos domínios senhoriais, mostram à evidência até que ponto atingira a desorganização trazida à

economia agrária a lei de 13 de maio que extinguiu o regime da escravidão. (AZEVEDO, 1894, p. 176).

Contudo, a situação dos negros no Brasil não ficou muito diferente já que agora precisavam ser absorvidos pelo mercado de trabalho que, devido ao crescimento exponencial da indústria chamado de surto industrial por Fernando de Azevedo (1894), estava carente de mão de obra.

Muitas coisas mudaram ao longo dos anos com relação à cultura africana e os afrodescendentes devido a lutas sociais e políticas por reconhecimento e legitimidade. A África do Sul e os EUA e apresentaram respectivamente ao mundo líderes como Martin Luther King jr e Nelson Mandela, cujas batalhas em prol dos negros repercutiram no mundo todo e trouxeram discussões e políticas que contribuíram significativamente para com a população negra e ainda servem como norteadores para discussões na atualidade.

No Brasil, foi implementada a Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira objetivando consolidar o orgulho e interesse por esta cultura tanto pelos afrodescendentes quanto pelo alunado em geral promovendo a diversidade cultural e o respeito à diferença. A escola, como centro de formação humana e formal, precisa contribuir ativamente na construção da identidade das pessoas e do resgate cultural tão rico do que nos foi trazido do além mar.

2 A cultura Afro-brasileira e o ambiente escolar

O assunto cultura possui ampla abordagem no ambiente escolar e, atualmente, há várias iniciativas governamentais objetivando popularizá-la e fazer da mesma elemento formador do ser humano. Todavia, segundo Canclini (2005), há décadas existem várias maneiras de se entender o que seria cultura e até mesmo de tentar esboçar uma definição para a mesma que contemplasse os incontáveis atributos que nela coexistem. Canclini ainda expõe a existência de duas narrativas relacionadas à cultura na atualidade que, portanto, merecem menção, a saber:

- a. Cultura como acúmulo de conhecimentos e aptidões intelectuais e estéticas. Nesta abordagem, Canclini afirma estar o vocábulo cultura intimamente relacionado à

educação, ao belo, elegante, ou seja, usado no senso comum, ainda num nível superficial.

- b. O entendimento de cultura cientificamente em oposição dicotômica a outros referentes como natureza x cultura e sociedade x cultura. Esta divisão dicotômica através da qual se busca uma oposição ao termo cultura acaba por suscitar inúmeras discussões e inexactidão nas respostas, uma vez que assume roupagens que tem a ver com a própria formação do homem, a inserção do mesmo na sociedade e capacidade de subjugar outros semelhantes.

Ainda discutindo o conceito de cultura, Canclini (2005) propõe um conceito interdisciplinar:

Chegamos assim a uma possível definição operacional, compartilhada por várias disciplinas ou por autores que pertencem a diferentes disciplinas. Pode-se afirmar que a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social. (CANCLINI, p. 41).

A ideia de Cultura como oriunda de processos sociais está intimamente imbricada na história e experiências vividas em uma dada sociedade em um dado momento. Colocando esse conceito em prática à luz da proposição de Canclini, percebemos a existência de uma cultura chamada Afro-brasileira que, na verdade, é o resultado da herança dos negros africanos configurando-se como um dos três pilares da formação do povo no novo mundo, uma terra distante tanto do continente europeu quanto do africano e cheia de conflitos. Gonçalves acrescenta que:

O legado cultural africano, por meio de recriação e elaboração de formas de comunicação e de continuidade dos valores em terras estrangeiras, permanece vivo entre os brasileiros. Na verdade, os africanos não reproduziram as culturas africanas nas Américas, mas essas estão presentes com tamanha intensidade na construção das culturas americanas, que hoje é impossível pensá-las sem eles. Todos nós sabemos o significado de vocábulos como cachaça, dengo, canjica, cafuné, miçanga, quitute, cachimbo e outros elementos materiais, espirituais e simbólicos. (GONÇALVES, 2009, p. 103).

Está íntima relação dos elementos africanos no dia a dia brasileiro em todas as esferas começou a despertar uma necessidade imperativa de se valorizar, exaltar, difundir e principalmente resgatar todo o legado do povo negro que tem sido negado e

considerado maligno. Como objetivo ainda mais primordial, podemos citar a carência de se tratar dos assuntos Afro como legítimos e constituintes da identidade de uma parcela expressiva da nossa população, uma vez que representamos o segundo país com maior presença de afrodescendentes, 40 % a 60 % da população, agentes em muitos processos civilizatórios (SERRANO; WALDMAN). No contexto escolar, embora haja certa pressão dos governos, legisladores e de movimentos negros em se valorizar a cultura afro, muito pouco tem sido implementado no diálogo entre a teoria e a prática nas escolas e comunidades. Por muito tempo, resumiu-se a se referir ao negro apenas como o que fora escravizado por mais de três séculos e meio, privando os próprios afrodescendentes de um conhecimento mais aprofundado da própria identidade, e toda a vasta contribuição na formação sociedade brasileira em aspectos religiosos, artísticos e antropológicos.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Lei nº 10.639 que representa um grande ganho para o sistema escolar. Esta lei torna legítimo e obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira principalmente através das disciplinas de história, educação artística e literatura, ou seja, as disciplinas que trabalham a formação humana do estudante. Ainda em 2003, é também sancionado o decreto nº 4.886 estabelecendo a *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, que promove ações afirmativas definidas como um rol de proposições e medidas, cujo objetivo é garantir às minorias sociais, étnicas e de poder o justo espaço que lhes compete na sociedade (SERRANO; WALDMAN, 2008, p. 18,19). O surgimento do Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura Afro-brasileira, em 2009, expõe que:

(...) tem como objetivo geral colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária. (consubstanciado pela Lei 10639/2003).

Toda essa batalha legal para se garantir a propagação dos saberes afro-brasileiros e para se trazer à sala de aula a importância desse pilar na constituição do nosso povo é, na verdade, o reconhecimento pela legitimidade do outro, fazendo dele não mais objeto, mas sim sujeito de um processo social, segundo expõem SERRANO e WALDMAN

(2008). Isto ratifica assim o conceito de Cultura salientado por Canclini e também faz de tais esforços uma busca para se responder a uma demanda reprimida na/da sociedade afro-brasileira, africanas ou afrodescendentes, segundo orienta Trindade, uma vez que a história e cultura africana e afro-brasileira e indígena ainda não fazem parte da identidade da escola (TRINDADE, 2009, p. 20). Rocha (2009) acrescenta que as construções ideológicas sustentadoras do racismo brasileiro são, na verdade, os maiores entraves para que a lei 10.639/03 realmente ocorra na prática. Embora existam leis e decretos objetivando tornar aplicável o ensino cultural que englobe a matriz africana, pouca execução prática tem ocorrido nos ambientes escolares provavelmente devido a histórica negação da cultura e identidade afro e busca por uma identidade eminentemente branca, apesar das inegáveis contribuições reconhecidas no nosso dia a dia desde o aspecto vocabular à vestimenta, permeando ainda o religioso e musical.

Considerações finais

A fama do azeite de dendê, do acarajé, o conhecimento e uso da palavra caçula, roupas de renda, saias rodadas, simpatias invocando preto-velhos, poder místico e curador das ervas, a bela capoeira, enfim, tudo isto nos remete à bela e mística África sendo todos esses elementos partes integrantes e indissociáveis da nossa cultura afro-brasileira. Felizmente, a riqueza do Brasil que é tão famoso ao redor do mundo pela feijoada, samba e mulatas tem como um dos seus três pilares constituintes a herança do continente africano.

Sem o envolvimento com a mãe África, seríamos qualquer outra nação, menos o Brasil. Os anos de negação da nossa origem negra não podem apagar a nossa origem forjada através da dor da escravidão e tampouco a nossa vasta diversidade. Reconhecer a importância do negro é aceitar a nossa identidade nacional diversificada, adaptada, construída com muita propriedade ao longo dos séculos. Vimos neste artigo as inúmeras características que fazem do continente africano um referencial de riquezas e inspiração para o mundo. Há inúmeros fatores históricos, culturais, religiosos e naturais que corroboram para que este continente seja reconhecido como diversificado, proeminente e com muito a contribuir com outros povos.

Mesmo sendo eminentemente importante, a cultura oriunda do berço da humanidade tem sido aviltada e seus descendentes, agentes indissociáveis da cultura brasileira, privados de ascensão social, de conhecer a própria identidade e praticar a fé. Tentativas para resgatar os valores afro constituintes do povo brasileiro têm ganhado espaço na política e educação através de leis e discussões nacionais e mundiais. Contudo, o que tem sido feito no tocante à educação brasileira em favor do negro ainda está dando os primeiros passos dentro das escolas. Há ainda que se derrubar muitos entraves e preconceitos para se admitir que não há cultura superior, ou pilar mais importante. Causa-nos estranheza o fato de ainda recorrermos a leis que sejam sancionadas para defender o direito do negro, uma vez que em pleno século XXI a ideia do mesmo como parte do todo já deveria ter sido incorporada no senso comum. A cultura proveniente da África já deveria há tempos ser reconhecida como legítima, principalmente dentro da escola que versa sobre liberdade e compartilhamento de mundo.

Como já fora mencionado, o que existe na nossa nação é uma grande diversidade fazendo-nos todos os resultados destas imbricações. A dita superioridade branca, embora ainda velada, permeia o imaginário e referencial das comunidades que se sentem apreensivas de confessarem a origem afro presente no dia a dia em todas as esferas sociais e, sobretudo, na cor da epiderme de considerável parcela da nossa população. Negar a herança afro no Brasil é negar a própria identidade do coletivo, pois se somos agentes que influenciam a sociedade, por ela também somos influenciados. Todo nosso arredor está entranhado do sangue do negro, do canto do negro, da sobrevivência do mesmo ao longo da história e na nossa formação social.

Valorizar a cultura afro-brasileira é nos entendermos como herdeiros de um povo que fora oprimido, mas também capaz de buscar por libertação, reconhecimento, inserção na sociedade e orgulho não apenas da cor da epiderme, mas de todos os valores construídos desde o nascimento da humanidade na mama África. É visualizar possibilidades de ascensão e resistir a tudo o que nos puder denegrir moral e economicamente falando, possibilitando-nos contribuir para o desenvolvimento do planeta de forma mais humana e igualitária, pois foi isso que nossos antepassados negros fizeram. A presença do negro no Brasil se confunde com a própria história do país a conduzindo, alimentando-a e a transformando.

Referências bibliográficas

AFRICANOS muito além da escravidão. Ano 7, nº 78. Rio de Janeiro. Revista de História da Biblioteca Nacional, março de 2012.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira:** Introdução ao estudo da cultura brasileira. Brasília/RJ: UFRJ e Unb, 1996.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Diversidade: a cultura afro-brasileira e a lei nº 10.639/03. In: SOUZA, Maria Elena Viana (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar:** diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

LIMA, Mônica. **Fazendo soar os tambores:** o ensino de História da África e dos africanos no Brasil. Cadernos Penesb/UFF, 2004.

LOPES, Nei. **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.** São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Lei 10.639/03: Desafios e perspectivas para a implementação dos conteúdos afro-brasileiros nas escolas. In: SOUZA, Maria Elena Viana (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar:** diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

SARACENI, Rubens. **Lendas da Criação:** a saga dos orixás. São Paulo: Madras, 2008.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória da África:** a temática Africana em sala de aula. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Maria Elena Viana. Relações raciais no ensino superior: experiência de ensino / aprendizagem e pesquisa. In: SOUZA, Maria Elena Viana (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar:** diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Tecendo africanidades com habilidades: desafio do cotidiano escolar. In: SOUZA, Maria Elena Viana (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar:** diálogos com a lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

Documentos eletrônicos:

BÍBLIA. Português. Almeida, NVI. Disponível em: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1> Acesso em: 10 out 2012.

Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura Afro-**brasileira** de 13 de maio de 2009 Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 out 2012.